



**Apoiar as Comunidades de Energia
para a acessibilidade, a competitividade e a segurança**

Carta Aberta

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, Luís Montenegro,

Excelentíssima Senhora Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho,

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmiento,

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel,

Excelentíssimos(as) Senhores(as) Representantes Permanentes,

Dirigimo-nos a V. Exas. no contexto das reuniões do Conselho de Energia (16/03/2026), do Conselho de Assuntos Gerais (17/03/2026) e do Conselho Europeu (19 e 20/03/2026) para salientar o papel das comunidades de energia na redução dos preços da energia para cidadãos e Pequenas e Médias Empresas (PME), impulsionando assim o desenvolvimento económico local e a segurança europeia.

Ontem, dia 10 de março, a Comissão publicou o Pacote de Energia dos Cidadãos, que propõe **aumentar rapidamente a capacidade de projetos detidos por comunidades para 90 GW até 2030 - um aumento de dez vezes**. Isto significa que **mais de 16 milhões de agregados familiares, 630.000 PME e 300.000 entidades públicas poderão estar a produzir a sua própria energia em apenas 4 anos**.

A participação numa comunidade de energia pode levar a reduções significativas nas faturas de energia¹ para famílias e empresas, aceitação social das energias renováveis e processos democráticos, e aumento da segurança energética e competitividade. As comunidades de energia também permitem aos seus membros consumir energia de forma flexível, reduzindo assim a pressão sobre a rede.

As comunidades de energia protegem cidadãos e PME da volatilidade do mercado, devido ao seu fornecimento de energia renovável a preços estáveis, e reduzem as barreiras ao investimento através de investimentos e compras conjuntas, criando assim receitas locais duas

¹ Até 930 euros por agregado familiar por ano.

a oito vezes superiores às de projetos de atores externos. A energia descentralizada é o melhor escudo da Europa contra ameaças energéticas externas.

A Coopérnico apela a V. Exas. para Portugal tomar medidas ousadas e decisivas no apoio à implementação dos objetivos das comunidades de energia, conforme estabelecido no Pacote de Energia dos Cidadãos. Num momento de incerteza geopolítica, a participação e propriedade coletiva dos cidadãos no sistema energético pode revigorar um sentido de comunidade, orgulho e confiança no sistema político.

Apelamos ao Governo de Portugal para:

1. Apoiar as comunidades de energia e as suas diversas atividades no próximo Orçamento da União Europeia (UE) 2028-2034. Isto garantirá um crescimento estável e atrairá milhares de milhões de euros em capital dos cidadãos para a transição energética².

a. Incluir reformas e investimentos de apoio às comunidades de energia no Plano de Parceria Nacional e Regional ([mais informação](#)).

b. Apoiar um orçamento dedicado para o programa LIFE³, incluindo o programa LIFE ENERCOM que apoia especificamente as comunidades de energia.

c. Apoiar uma menção dedicada às comunidades de energia nas Conclusões do Conselho sobre o Orçamento da UE. Este reconhecimento seguiria os passos das [Conclusões do Conselho de maio de 2024](#) sobre o Plano de Ação da Rede da UE, que apelou aos Estados Membros para "garantir uma abordagem centrada no cidadão para a transição energética que envolva de perto os cidadãos, cooperativas energéticas de cidadãos e comunidades de energia renovável."

2. Usar o Pacote de Energia dos Cidadãos para criar uma estratégia nacional ambiciosa e uma meta para as comunidades de energia em linha com a proposta da Comissão.

a. O apoio às comunidades de energia já está refletido na maioria dos Relatórios do Semestre por País e nas Recomendações Específicas por País [ao longo dos anos 2023-2025](#). Encorajamos vivamente o Governo a traduzir essa orientação política em ações concretas, avaliando as barreiras nacionais e o potencial para as comunidades de energia e estabelecendo quadros facilitadores fortes.

b. Aproveitar o Pacote Redes Europeias para apoiar e priorizar projetos de energia comunitária, com valor social acrescentado, nas suas candidaturas para ligação à rede⁴.

² [Estudos mostram](#) que, por cada euro público investido num projeto de energia comunitária, são mobilizados entre 40 e 60 euros de capital dos cidadãos.

³ Em outubro de 2025, a Região da Ligúria (Itália) lançou uma carta para proteger o programa LIFE no próximo orçamento da União Europeia, com o apoio de mais de 800 entidades. [Comissão Europeia: a Ligúria lidera a mobilização para salvar o programa "LIFE"](#).

⁴ Em linha com (C/2025/8473), através do qual a Comissão orienta os Estados-Membros a abandonarem o modelo "first-come, first-served" e a introduzirem um quadro de priorização que pode basear-se em critérios como usos favoráveis à rede, usos favoráveis ao clima ou valor social.